

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

MESTRADO

TEORIA DO DIREITO PÚBLICO

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PROCESSUAL:

DIREITO, JURISDIÇÃO E ESTADO

Disciplina Básica Comum

Professor:

Dr. Ivo Teixeira Gico Junior, Ph.D.

Breve Descrição: O objetivo da disciplina é revisitar a chamada Teoria Geral do Processo – TGP a partir de uma óptica da Teoria Geral do Estado e da Análise Econômica do Direito – AED de forma a demonstrar como o fenômeno processual pode ser compreendido dentro da ideia de Estado e, ao mesmo tempo, como as instituições tradicionais do Direito Processual podem ser interpretadas e compreendidas à luz da AED para se construir as bases de uma Teoria Positiva do Processo - TPP.

Ementa: Introdução; **1. Teoria Geral do Processo e Análise Econômica do Direito;** 1.1 A TGP: em busca de uma teoria do comportamento; 1.2 A AED: uma teoria sobre o comportamento; 1.2.1 O que é a Análise Econômica do Direito?; 1.2.2 AED Positiva e Normativa; 1.3 Pressupostos da AED: Preferências, Escassez e Racionalidade; 1.4 Sobre a Utilização de Modelos e Reducionismo; **2. Direito, Jurisdição e Estado;** 2.1 O Direito como Requisito para a Vida em Sociedade; 2.2 A Função Social do Processo: o problema principal-agente Estado-juiz; 2.3 O Custo Social do Processo; **3. Princípios do Processo Civil;** 3.1 O Princípio da Eficiência; 3.1.1 O Princípio da Eficiência Processual; 3.1.2 O Conceito de Eficiência: Eficiência Produtiva e Alocativa; 3.1.3 Aferição de Eficiência: os critérios de Pareto e Kaldor-Hicks; 3.1.4 Eficiência Alocativa e Legalidade; 3.1.5 O Princípio da Eficiência e a Hermenêutica das Escolhas; 3.2 O Princípio da Legalidade (ou o Direito Fundamental à Legalidade); 3.2.1 O Princípio da Legalidade: aspecto material; 3.2.2 O Princípio da Legalidade: instrumentalidade das formas; 3.3 O Princípio do Devido Processo Legal; 3.4 O Princípio da Duração Razoável do Processo; 3.5 Legalidade, Eficiência e Justiça; **4 Teoria Positiva do Processo: a análise econômica do processo;** 4.1 Fundamentos do Modelo Juseconômico do Processo; 4.1.1 Decisão com e sem Risco (Certeza e Incerteza); 4.1.2 Teoria da Barganha: ou por que existem as trocas?; 4.2 Da Lide ao Processo: o modelo juseconômico do litígio; 4.2.1 Autocomposição e Análise Custo-Benefício; 4.2.2 Judicialização como uma Decisão com Risco; 4.2.3 O Direito de Ação e seu Impacto sobre a Autocomposição; 4.3 Contestação ou Acordo: o modelo juseconômico da transação; 4.3.1 O Modelo de Otimismo

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

Mútuo; 4.3.2 O Modelo de Assimetria de Informação; **5 Tópicos Avançados na Teoria Positiva do Processo**; 5.1 A Insuficiência do Espaço de Acordo; 5.1.1 Excesso de Negociação e o Dilema do Prisioneiro; 5.1.2 O Problema dos Custos Irrecuperáveis; 5.2 O Duplo Grau de Jurisdição: o modelo juseconômico do ataque à decisão judicial; 5.2.1 A Decisão de Recorrer; 5.2.2 A Dupla Função do Duplo Grau de Jurisdição; 5.2.3 Taxa de Reversibilidade e Taxa de Recorribilidade; 5.3 O Papel do Advogado: o problema principal-agente cliente-advogado; 5.3.1 Condição de Ajuizamento; 5.3.2 Condição de Acordo; 5.3.3 Nível de Zelo Processual; 5.4 Análise Econômica Comportamental do Processo; **6. A Natureza Econômica do Direito, dos Tribunais e a Tragédia do Judiciário**; 6.1 Teoria Econômica do Bens e Serviços; 6.2 A Natureza Econômica do Direito; 6.3 A Complementariedade do Direito e dos Tribunais; 6.4 A Natureza Econômica dos Tribunais; 6.5 A Tragédia do Judiciário; 6.6 O Problema da Seleção Adversa: a outra face da Tragédia do Judiciário; **7. Mais Tópicos Avançados**. 7.1. Demandas de Valor Esperado Negativo e Litigância de Má-Fé. 7.2. Filtros Processuais. 7.3. Coisa Julgada. 7.4. Precedentes e o Ciclo da Litigância. **8. Apresentação Final de Trabalhos.**

Metodologia e Pedagogia

As aulas serão ministradas no método socrático de forma a desenvolver a capacidade analítica a partir de problemas de ordem jurídico-econômica, **pressupondo, portanto, uma leitura prévia do material selecionado**. Alternando as aulas no método socrático, os alunos irão pesquisar e apresentar ao final de cada aula um caso concreto ou uma análise teórica específica que exemplifique ou desafie a teoria apresentada em sala, a fim de desenvolver a capacidade de exposição, de seleção de textos para debate.

CrITÉRIOS de Avaliação

25% da menção referente à leitura e domínio do material distribuído demonstrado pela participação em sala de aula;

25% da menção referente à pesquisa, escolha e apresentação de casos relevantes; e

50% da menção referente à elaboração de um artigo de 15 a 25 páginas, sobre um dos temas da disciplina, que deve ter sido submetido no curso do semestre a uma revista de Qualis A.

Bibliografia: O aluno deve adquirir a bibliografia obrigatória e textos, casos e materiais adicionais podem ser incluídos e serão distribuídos em sala de aula ou colocados à disposição na biblioteca.

Contato: Horário de atendimento toda quarta-feira das 9:30 às 10:30, no Núcleo de Prática e Monografia – NPM ou online. E-mail: gico@ghdadvogados.com.br.

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

1. Programa:

	1. Teoria Geral do Processo e Análise Econômica do Direito
1ª Aula	1.1. A TGP: em busca de uma teoria do comportamento 1.2. A AED: uma teoria sobre o comportamento 1.2.1. O que é a Análise Econômica do Direito? 1.2.2. AED Positiva e Normativa; 1.3 Pressupostos da AED: Preferências, Escassez e Racionalidade 1.4 Sobre a Utilização de Modelos e Reducionismo
	2. Direito, Jurisdição e Estado
2ª e 3ª Aulas	2.1. O Direito como Requisito para a Vida em Sociedade 2.2. A Função Social do Processo: o problema principal-agente Estado-juiz 2.3. O Custo Social do Processo
	3. Princípios do Processo Civil
4ª e 5ª Aulas	3.1. O Princípio da Eficiência 3.1.1. O Princípio da Eficiência Processual 3.1.2. O Conceito de Eficiência: Eficiência Produtiva e Alocativa 3.1.3. Aferição de Eficiência: os critérios de Pareto e Kaldor-Hicks 3.1.4. Eficiência Alocativa e Legalidade 3.1.5. O Princípio da Eficiência e a Hermenêutica das Escolhas 3.2. O Princípio da Legalidade (ou o Direito Fundamental à Legalidade) 3.2.1. O Princípio da Legalidade: aspecto material 3.2.2. O Princípio da Legalidade: instrumentalidade das formas 3.3. O Princípio do Devido Processo Legal 3.4. O Princípio da Duração Razoável do Processo 3.5. Legalidade, Eficiência e Justiça
	4. Teoria Positiva do Processo: a análise econômica do processo
6ª e 7ª Aulas	4.1. Fundamentos do Modelo Juseconômico do Processo 4.1.1. Decisão com e sem Risco (Certeza e Incerteza) 4.1.2. Teoria da Barganha: ou por que existem as trocas? 4.2. Da Lide ao Processo: o modelo juseconômico do litígio 4.2.1. Autocomposição e Análise Custo-Benefício 4.2.2. Judicialização como uma Decisão com Risco 4.2.3. O Direito de Ação e seu Impacto sobre a Autocomposição 4.3. Contestação ou Acordo: o modelo juseconômico da transação

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

	4.3.1. O Modelo de Otimismo Mútuo 4.3.2. O Modelo de Assimetria de Informação
	5. Tópicos Avançados na Teoria Positiva do Processo
8ª a 10ª Aulas	5.1. A Insuficiência do Espaço de Acordo 5.1.1. Excesso de Negociação e o Dilema do Prisioneiro 5.1.2. O Problema dos Custos Irrecuperáveis 5.2. O Duplo Grau de Jurisdição: o modelo juseconômico do ataque à decisão judicial 5.2.1. A Decisão de Recorrer 5.2.2. A Dupla Função do Duplo Grau de Jurisdição 5.2.3. Taxa de Reversibilidade e Taxa de Recorribilidade 5.3. O Papel do Advogado: o problema principal-agente cliente-advogado 5.3.1. Condição de Ajuizamento 5.3.2. Condição de Acordo 5.3.3. Nível de Zelo Processual 5.3.4. Análise Econômica Comportamental do Processo
	6. A Natureza Econômica do Direito, dos Tribunais e a Tragédia do Judiciário
11ª e 12ª Aulas	6.1. Teoria Econômica do Bens e Serviços 6.2. A Natureza Econômica do Direito 6.3. A Complementariedade do Direito e dos Tribunais 6.4. A Natureza Econômica dos Tribunais 6.5. A Tragédia do Judiciário 6.6. O Problema da Seleção Adversa: a outra face da Tragédia do Judiciário
	7. Mais Tópicos Avançados
13ª e 14ª Aulas	7.1. Demandas de Valor Esperado Negativo e Litigância de Má-Fé 7.2. Filtros Processuais 7.3. Coisa Julgada 7.4. Precedentes e o Ciclo da Litigância
	8. Apresentação Final dos Trabalhos
15ª Aula	8.1. Apresentação dos trabalhos 8.2. Encerramento da disciplina

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

2. Bibliografia:

Obrigatória:

Gico Jr., Ivo Teixeira Gico Jr. **Análise Econômica do Processo Civil**. São Paulo: Foco, 2020.

FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo Civil & Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Complementar:

BREU, J. C. D. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, R. S. D. Incentivos Processuais: economia comportamental e nudges no Processo Civil. São Paulo: Thompson Reuters, 2020.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. Economic Origins of Dictatorships and Democracy. New York: Cambridge University, 2006.

ALEXY, R. Conceito e Validade do Direito. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. São Paulo: wmfmartins fontes, 2011 [2005].

ALMEIDA, C. M. D. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas por Mandado Del-Rey D. Philippe I. 14ª. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 3, 1870.

ANDRADE, M. C. D. O. As raízes do separatismo no Brasil. São Paulo: Unesp, 1999.

ARAKE, H. H. O Princípio da Eficiência no Processo Civil. Brasília: Centro Universitário de Brasília - UniCeuB, 2019.

ARAÚJO, F. A Tragédia dos Baldios e dos Anti-Baldios: o problema económico do nível óptimo de apropriação. Coimbra: Almedina, 2008.

ARMOR, D. A.; TAYLOR, S. E. Situated Optimism: specific outcome expectancies and self-regulation. *Advances in Experimental Social Psychology*, 30, 1998. 309-379.

ASSIS, A. D. Processo Civil Brasileiro. 2ª Ed., rev. e at. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. I, 2016.

AUSTIN, J. The province of jurisprudence determined. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 (1832).

ÁVILA, H. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. *Revista Eletrônica de Direito do Estado - REDE*, Salvador, v. 4, p. 1-25, out./dez. 2005.

AZEVEDO, F. D. Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar. 2ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, N/D.

BAIRD, D. G.; GERTNER, R. H.; PICKER, R. C. Game Theory and the Law. [S.l.]: Harvard University Press, 1994.

BALENA, G. Le Novità Relative all' Appello nel D.L. n. 83/2012. *Il Giusto Processo Civile*, v. 2, n. 13, p. 335-386, 2013.

BARROSO, L. R. A Razão sem Voto: a função representativa e majoritária das cortes constitucionais. *Revista de Estudos Institucionais*, v. 2 (2), p. 518-546, 2016.

BARROSO, L. R. Contramajoritário, Representativo e Iluminista: Os papéis dos tribunais constitucionais. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9 (4), p. 2171-2228, 2018.

BARROSO, L. R. Em artigo, Barroso defende papel "iluminista" do Supremo. *Consultor Jurídico*, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-23/artigo-barroso-defende-papel-iluminista-stf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BEBCHUCK, L. A. Litigation and Settlement Under Imperfect Information. *The RAND Journal of Economics*, v. 15, n. 3, p. 404-415, Autumn 1984.

BEIER, M. D. Economics Awry: Using Access Fees for Caseload Diversion. *University of Pennsylvania Law Review*, 138, n. 4, Apr. 1990. 1175-1207.

BENSON, B. L. The Enterprise of Law: justice without the state. Oakland: The Independent Institute, 2011 [1990].

BEVILAQUA, C. Theoria Geral do Direito Civil. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

BIELEN, S. et al. Backlogs and Litigation Rates: Testing Congestion Equilibrium Across European Judiciaries. *International Review of Law & Economics*, 53, September 2018. 9-22.

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

- BLAUG, M. *The Methodology of Economics – or how economists explain*. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University, v. Cambridge Surveys of Economic Literature, 1992.
- BODART, B. *The Social Value of The Doctrine of Res Judicata: An Economic Analysis* (Dissertação). Massachusetts: Harvard Law School, LL.M. Program, 2018.
- BODNAR, Z.; STAFFEN, M. R. A Ética Neoliberal e o Princípio Constitucional da Eficiência Administrativa: (im)possibilidade de flexibilização do direito fundamental ao meio ambiente. *Revista Eletrônica Investidura*, v. XI, p. 15-30, 2010.
- BONE, R. G. *Civil Procedure: the economics of civil procedure*. New York: Foundation Press, 2003.
- BOUCKAERT, B.; DE GEEST, G. (Eds.). *Encyclopedia of Law and Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, v. V - The Economics of Crime and Litigation, 2000.
- BOULDING, W.; KIRMANI, A. A Consumer-Side Experimental Examination of Signaling Theory: Do Consumers Perceive Warranties as Signals of Quality? *Journal of Consumer Research*, v. 20 (1), p. 111-123, June 1993.
- BUCHANAN, J. M. An Economic Theory of Clubs. *Economica*, New Series, 32 (125), Feb. 1965. 1-14.
- BUCHANAN, J. M. *The Limits of Liberty: Between Anarchy and Leviathan*. Indianápolis: Liberty Fund, v. VII, 2000[1975].
- BÜLOW, O. V. *La teoria de las excepciones procesales y los presupuestos procesales*. Buenos Aires: EJE, 1964.
- BURGER, J. M.; BURNS, L. The illusion of unique invulnerability and the use of effective contraception. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 14, 1988. 264-270.
- BUZAID, A. *Estudos de Direito*. São Paulo: Saraiva, 1972. 285 p.
- CALABRESI, G. An exchange about law and economics: a letter to Ronald Dworkin. *Hofstra Law Review*, 8, 1980. 553-62.
- CALAMANDREI, P. *Direito Processual Civil*. Tradução de Luiz Abezia e Sandra Drina Fernandez Barbary. Campinas: Bookseller, v. I, 1999[1940].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação Informatizada - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 2004 - Exposição de Motivos*. Câmara dos Deputados, 31 dezembro 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2004/emendaconstitucional-45-8-dezembro-2004-535274-exposicaoodemotivos-149264-pl.html>>. Acesso em: 2 outubro 2018.
- CÂMARA, A. F. *O novo processo civil brasileiro*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CAMARGO, J. A. *Administração Pública: princípios constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.
- CAMPOS, E. L. C. *O Princípio da Eficiência no Processo Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- CAPELLETTI, M.; GARTH, B. *Acesso à Justiça* (Access to Justice: The Worldwide Movement to Make Rights Effective). Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.
- CARNELUTTI, F. *Instituições do Processo Civil*. Tradução de Adrián Sotero de Witt Batista. São Paulo: Classic Book, v. I, 2000[1953].
- CASTELVECCHI, D.; WITZE, A. Einstein's gravitational waves found at last. *Nature News*, February 2016.
- CHIOVENDA, G. *Instituições de direito processual civil*. Tradução de Paolo Capitanio. Campinas: Bookseller, 2009[1933].
- CINTRA, A. C. D. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. *Teoria Geral do Processo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- CJF; CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS. *Diagnóstico da estrutura e funcionamento dos Juizados Especiais*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, v. 12, 2003. 116 p. ISBN 85-85572-78-7.
- CLEMENZ, G.; GUGLER, K. Macroeconomic Development and Civil Litigation. *European Journal of Law and Economics*, 9 (3), 2000. 215-230.
- CNJ, C. N. D. J. *Justiça em Números 2019*. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, p. 236. 2019.
- COASE, R. H. The Nature of the Firm. *Economica* (New Series), v. 4 (16), p. 386-405, Nov. 1937.
- COASE, R. H. The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics*, 3, October 1960. 1-44.
- COLEMAN, J. Efficiency, Utility and Wealth Maximization. *Hofstra Law Review*, 8, 1980. 509-51.
- COMTE, I. A. M. F. X. *Discurso sobre o Espírito Positivo*. Tradução de Antônio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, N/D.
- COOTER, R. D. Structural Adjudication and the New Law Merchant: a model of decentralized law. *International Review of Law and Economics*, 14, 1994. 215-231.
- COOTER, R. D.; RUBINFELD, D. L. Economic Analysis of Legal Disputes. *Journal of Economic Literature*, v. XXVII, p. 1.067-1.097, September 1989.

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

- COOTER, R.; MARKS, S. G.; MNOOKIN, R. Bargaining in the Shadow of the Law: A Testable Model of Strategic Behavior. *The Journal of Legal Studies*, v. XI, n. 2, p. 225-251, June 1982.
- COSTA, E. J. D. F. Levando a Imparcialidade a Sério: Levando a imparcialidade a sério: proposta de um modelo interseccional entre direito processual, economia e psicologia. Tese de Doutorado em Direito Processual Civil. ed. São Paulo: PUC-SP, 2016.
- COSTA, F. L. D. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de Administração Pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, 42, n. 5, 2008. 829-874.
- COURTS, A. O. O. T. U. S. U.S. District Courts-Civil Cases Terminates, by Nature of Suit and Action Taken, During the 12-MONth Period Endening September 30, 2018. Administrative Office of the U.S. Courts. [S.l.]. 2018.
- COUTINHO, J. N. D. M. O Papel da Jurisdição Constitucional na Realização do Estado Social. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, v. n. 10, 2003.
- COUTURE, E. J. Fundamentos do Direito Processual Civil. Tradução de Henrique de Carvalho. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.
- COWEN, T. Law as a Public Good: The Economics of Anarchy. *Economics & Philosophy*, 8 (2), Oct. 1992. 249-267.
- DARI-MATTIACCI, G.; DEFFAINS, B. Uncertainty of Law and the Legal Process. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, 163 (4), 24 December 2007. 627-656.
- DAUGHETY, A.; REINGANUM, J. Appealing Judgments. *Rand Journal of Economics*, 31(3), 2000. 502-525.
- DE SCITOVZSKY, T. A Note on Welfare Propositions in Economics. *The Review of Economic Studies*, 9 (1), 1st Nov. 1941. 77-88.
- DIAMOND, J. Guns, Gems, and Steel: the fates of human societies. New York: W.W. Norton Company, 1999.
- DIAS, J. C. Análise econômica do processo civil brasileiro. São Paulo: Método, 2009.
- DIDIER JR., F. Apontamentos para a Concretização do Princípio da Eficiência do Processo. *Lex Magister*, 2013. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_24598622_APONTAMENTOS_PARA_A_CONCRETIZACAO_DO_PRINCIPIO_DA_EFICIENCIA_DO_PROCESSO.aspx>. Acesso em: 28 outubro 2018.
- DIDIER JR., F. Curso de Direito Processual Civil. 19. ed. Salvador: JusPODIVM, v. I, 2017.
- DIXIT, A. K. Lawlessness and Economics: Alternative Modes of Governance. 1ª. ed. Princeton: Princeton University Press, 2007. 184 p. ISBN ISBN: 9780691130347.
- DONOHUE III, J. J. The Effects of Fee Shifting on the Settlement Rate: Theoretical Observations on Costs, Conflicts, and Contingency Fees. *Law and Contemporary Problems*, v. 54, n. 3, p. 195-222, Summer 1991.
- DUNBAR, R. I. M. Neocortex size as a constraint on group size in primates. *Journal of Human Evolution*, 22 (6), 1992. 469-493.
- DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 10ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982 [1895].
- DWORKIN, R. Taking Rights Seriously. 5th. ed. Massachusetts: Harvard University Press, 1977.
- DWORKIN, R. Is wealth a Value? *Journal of Legal Studies*, 9, 1980(a). 191-226.
- DWORKIN, R. Why efficiency? *Hofstra Law Review*, 8, 1980(b). 563-6.
- DWORKIN, R. Uma questão de princípio. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- EINSTEIN, A. Über Gravitationswellen. *Königlich Preußische Akademie der Wissenschaften, Berlin*, v. Sitzungsberichte, p. 154-167, 1918.
- ELICKSON, R. C. Order without Law: How Neighbors Settle Disputes. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- EUZÉBIO, G. L. DPJ traçará diagnóstico dos Juizados Especiais. CNJ, 20 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18646:dpj-tracara-diagnostico-dos-juizados-especiais>>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- FALLERS, L. A. Law Without Precedent: legal ideias in action in the courts of colonial Busoga. Chicago: The University of Chicago Press, 1969.
- FAUVRELLE, T. A.; ALMEIDA, A. T. C. Determinants of Judicial Efficiency Change: Evidence from Brazil. *Review of Law & Economics*, v. 14, n. 1, 2018. ISSN <https://doi.org/10.1515/rle-2017-0004>.

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

- FERRARA, F. Como Aplicar e Interpretar as Leis. Tradução de Joaquim Campos de Miranda. Belo Horizonte: Livraria Líder e Editora, 2005 [1921]. Tradução do Trattato de Diritto Civile Italiano - Roma, 1921.
- FIGUEIRA JUNIOR, J. D.; LOPES, M. A. R. Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. 2ª ed. rev. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- FISCHHOFF, B. Hindsight is not equal to foresight: The effect of outcome knowledge on judgment under uncertainty. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, v. 1, n. 3, p. 288-299, 1975.
- FISHER-ACHOURA, E. La conformité à la Constitution d'une réforme de l'appel civil. *Cahiers du Conseil Constitutionnel*, 16, Juin 2004. N/D.
- FOSTER, B. R. Social Reform in Ancient Mesopotamia. In: IRANI, K. D.; SILVER, M. Social Justice in the Ancient World. Conference on Social Justice in the Ancient World. ed. Westport: Greenwood Press, v. 354, 1995. Cap. 13, p. 165-177.
- FRANÇA, R. L. Hermenêutica Jurídica. 2ª Ed. rev. e ampl. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.
- FRANK, J. Court on Trial. Princeton: Princeton University Press, 1949.
- FRIEDMAN, A. E. An Analysis of Settlement. *Stanford Law Review*, v. 22, n. 1, p. 67-100, Nov. 1969.
- FRIEDMAN, D.; LEESON, P. T.; SKARBEK, D. Legal Systems Very Different from Ours. [S.l.]: Independente, 2019.
- FRIEDMAN, M. Essays in Positive Economics. Chicago: The University of Chicago Press, 1953.
- FRIEDMANN, D. Private Creation and Enforcement of Law: a Historical Case. *The Journal of Legal Studies*, 8 (2), n. Private Alternatives to the Judicial Process, Mar. 1979. 399-415.
- GABARDO, E. Princípio Constitucional da Eficiência Administrativa. São Paulo: Dialética, 2002.
- GICO JR., I. T. Cartel - Teoria Unificada da Colusão. São Paulo: Lex, 2007.
- GICO JR., I. T. Metodologia e Epistemologia da Análise Econômica do Direito. *Economic Analysis of Law Review*, Brasília, 1, Jan-Jul 2010. 7-33.
- GICO JR., I. T. A Tragédia do Judiciário: subinvestimento em capital jurídico e sobreutilização do Judiciário. Tradução de Orientador: Bernardo Pinheiro Machado Mueller. Tese de Doutorado. ed. Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2012. 146 p.
- GICO JR., I. T. Anarquismo Judicial e Teoria dos Times. *Economic Analysis of Law Review*, 2013. 269-294.
- GICO JR., I. T. Anarquismo Judicial e Teoria dos Times. *Economic Analysis of Law Review*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 269-294, Jul-Dez 2013.
- GICO JR., I. T. O Capital Jurídico e o Ciclo da Litigância. *Revista Direito GV*, São Paulo, jul.-dez. 2013. 50-62.
- GICO JR., I. T. O capital jurídico e o ciclo da litigância. *Revista Direito GV*, v. 9, p. 435-464, jul./dez. 2013.
- GICO JR., I. T. A Tragédia do Judiciário. *RDA - Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, 267, set/dez 2014. 163-198. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46462/44453>>.
- GICO JR., I. T. A Tragédia do Judiciário. *Revista de Direito Administrativo*, 267, 2014. 163-198. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46462/44453>>.
- GICO JR., I. T. Anarquismo Judicial e Segurança Jurídica. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 5, n. Número Especial, 2015. 479-499.
- GICO JR., I. T. Anarquismo Judicial e Segurança Jurídica. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, 5, 2015. 479-499.
- GICO JR., I. T. A Função Social do Judiciário. Mimeo, Brasília, 2017. 1-32.
- GICO JR., I. T. Direito & Desenvolvimento: o papel do direito no desenvolvimento econômico. *Direito e Desenvolvimento*, 8, n. 2, Dec. 2017. 110-127.
- GICO JR., I. T. Estado e Mercado. Working Paper do UniCeuB, Brasília, 2018. 1-46.
- GICO JR., I. T. Hermenêutica das Escolhas e a Função Legislativa do Judiciário. *Revista de Direito Empresarial - RDemp*, Belo Horizonte, 15 (2), maio/ago. 2018. 55-84.
- GICO JR., I. T. Hermenêutica das escolhas e a função legislativa do Judiciário. *Revista de Direito Empresarial*, Belo Horizonte, 15, n. 2, maio/agosto 2018. 55-83.
- GICO JR., I. T. A Natureza Econômica do Direito e dos Tribunais. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, 10 (1), Dez. 2019. 13-39.
- GICO JR., I. T. Preço e Valor no Direito. Working Paper UniCeuB, Brasília, 13 Agosto 2019. 1-23.

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

- GICO JR., I. T. Responsabilidade Civil Extracontratual. In: PINHEIRO, A. C.; PORTO, A. J. M.; SAM-PAIO, P. R. P. Direito e Economia: diálogos. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 307-338.
- GICO JR., I. T. Bem-estar Social e o Conceito de Eficiência. Working Paper UniCeuB, Brasília, 2020. 1-41.
- GICO JR., I. T. The Tragedy of the Judiciary: an inquiry into the economic nature of law and courts. German Law Journal, 20 (2), May 2020. 1-48.
- GICO JR., I. T.; ARAKE, H. De Graça, até Injeção na Testa: análise juseconômica da gratuidade de Justiça. Economic Analysis of Law Review, Brasília, 5, 2014. 166-178. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/5%20EALR%20166>>.
- GICO JR., I. T.; ARAKE, H. H. Despacho Saneador e Assimetria da Informação. 3, Brasília, v. 9, p. 191-207, Set.-Dez. 2018.
- GICO JR., I. T.; ARAKE, H. H. Taxa de Recorribilidade, Taxa de Reversibilidade e Eficiência Judicial. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, 14 (1), jan./abr. 2019. 1-23.
- GOMES, L. F. A Dimensão da Magistratura no Estado Constitucional e Democrático de Direito: independência judicial, controle judiciário, legitimação da jurisdição, politização e responsabilidade do juiz. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- GONÇALVES FILHO, J. G. O Princípio Constitucional da Eficiência no Processo Civil (Tese). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.
- GOULART, B. B. Análise Econômica do Litígio: entre acordos e ações judiciais. Coleção Eduardo Espínola. ed. Salvador: JusPUDIVM, 2019.
- GOULD, J. P. The economics of legal conflicts. The Journal of Legal Studies, 2, n. 2, jun. 1973. 279-300.
- GREIF, A. Institutions and the Path to the Modern Economy: lessons from medieval trade. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- GULLIVER, P. H. Social Control in an African Society: a study of the Arusha. [S.l.]: Boston University Press, 1963.
- GUTHRIE, C.; RACHLINSKI, J. J.; WISTRICH, A. J. Inside the Judicial Mind. Cornell Law Review, v. 86, n. 4, p. 778-830, May 2001.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. Science, 162, nº 3.859, 13 Dez. 1968. 1.243-1.248.
- HARLE, V. Ideas of Social Order in the Ancient World. Westport: Greenwood, v. Contributions in Political Science, Number 383, 1998.
- HART, H. L. A. The Concept of Law. 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012 [1961]. With a postscript edited by Penelope A. Bulloch and Josep Raz and with an introduction and notes by Leslie Green.
- HAZARD, JR, G. C. Rationing Justice. The Journal of Law & Economics, Oct. 1965. 1-10.
- HICKS, J. R. The Foundations of Welfare Economics. The Economic Journal, 49 (196), Dec. 1939. 696-712.
- HIPPEL, S.; HOEPPNER, S. Biased Judgments of Fairness in Bargaining: A Replication in the Laboratory. International Review of Law and Economics, v. 58, p. 63-74, June 2019.
- HOLMES JR., O. W. The Path of the Law. Harvard Law Review, 10 (8), 25 Mar. 1897. 457-478.
- HOLTZ, S. E. The Career of a Neo-Babylonian Court Scribe. Journal of Cuneiform Studies, v. 60, p. 81-85, 2008.
- HOLTZ, S. E. Neo-Babylonian Court Procedure. Leiden: Brill, 2009.
- HUME, D. A Treatise of Human Nature. [S.l.]: Oxford, v. III, 1888 [1736].
- IRANI, K. D.; SILVER, M. (Eds.). Social justice in the ancient world. Conference on Social Justice in the Ancient World. ed. Westport: Greenwood Press, 1995.
- JEHLE, G. A.; RENY, P. J. Advanced Microeconomic Theory. 3rd. ed. Essex: FT Prentice Hall, 2011.
- JOHNS, C. H. W. Babylonian and Assyrian Laws, Contracts and Letters. Edinburgh: T & T Clark, 1904.
- JOLLS, C.; SUNSTEIN, C. R.; THALER, R. A Behavioral Approach to Law and Economics. Stanford Law Review, v. 50, p. 1471-1550, May 1998.
- KAHNEMAN, D.; SLOVIC, P.; TVERSKY, A. (Eds.). Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. New York: Cambridge University Press, 1982.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Subjective probability: A judgment of representativeness. Cognitive Psychology, v. 3, n. 3, p. 430-454, July 1972.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: an Analysis of Decisions under Risk. Econometrica, 47 (2), Mar. 1979. 263-292.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. The framing of decisions and the psychology of choice. Science, v. 211, 30 January 1981.

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

- KALDOR, N. Welfare Propositions of Economics and Interpersonal Comparisons of Utility. *The Economic Journal*, 49 (195), Sep. 1939. 549-552.
- KELSEN, H. *Pure Theory of Law*. Tradução de Max Knight. Clark: The Lawbook Exchange, Ltd., 2005 (1967).
- KEYNES, J. M. Introduction. In: HENDERSON, H. D. *Supply and Demand*. With Introduction by J. M. Keynes. New York: Harcourt, Brace, 1922.
- KEYNES, J. N. *The Scope and Method of Political Economy*. London: Batoche Books, 1999 [1917].
- KOROBKIN, R. B.; ULEN, T. S. Law and Behavioral Science: Removing the Rationality Assumption from Law and Economics. *California Law Review*, v. 88 (4), p. 1.051-1.144, Jul. 2000.
- KOROBKIN, R.; GUTHRIE, C. Opening Offers and Out-of-Court Settlement: A Little Moderation May Not Go a Long Way. *The Ohio State Journal of Dispute Resolution*, v. 10, n. 1, p. 1-22, 1994.
- KRONMAN, A. T. Wealth Maximization as Normative Principle. *Journal of Legal Studies*, 2, 1980. 227-43.
- LANDES, W. M. An Economic Analysis of the Courts. *Journal of Law and Economics*, 14 (1), Abril 1971. 61-107.
- LANDES, W. M. An Economic Analysis of the Courts. *Journal of Law and Economics*, 14 (1), Abril 1971. 61-107.
- LANIUS, D. C. *O Princípio da Eficiência na Administração Pública (Dissertação de Mestrado)*. Brasília: Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília, 2018. 205 p.
- LAWSON, T. The nature of heterodox economics. *Cambridge Journal of Economics*, 30(4), 2006. 483-505.
- LOEWENSTEIN, G. et al. Self-Serving Assessments of Fairness and Pretrial Bargaining. *Journal of Legal Studies*, Chicago, v. 22, n. 1, p. 135-159, 1993.
- LOEWENSTEIN, G. et al. Biased Judgments of Fairness in Bargaining. *The American Economic Review*, v. 85, n. 5, p. 1.337-1.343, Dec. 1995.
- LUNARDI, F. C. *Curso de Direito Processual Civil. Série IDP: Linha doutrina*. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- MACCORMICK, N. *Legal Reasoning and Legal Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- MANKIW, N. G. *Princípios de Microeconomia*. Tradução de Allan Vidigal Hastings; Elisete Paes e Lima e Ez2 Translate. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- MARCELLINO JR., J. C. *Princípio Constitucional da Eficiência Administrativa: (des)encontros entre economia e direito*. Florianópolis: Habitus, 2009.
- MARIOTTI, A. *Princípio do Devido Processo Legal (Tese de Doutorado)*. Porto Alegre: FD-UFRGS, 2008.
- MARSHALL, A. *Principles of Economics*. London: Palgrave Macmillan, 2013 [1920].
- MARTINS, P. *Historia Geral do Direito Romano, Peninsular e Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906.
- MAXIMILIANO, C. P. D. S. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011 [1924].
- MCADAMS, R. H. *The Expressive Powers of Law: theories and limits*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- MCKENNA, F. P.; STANIER, R. A.; LEWIS, C. Factors underlying illusory self-assessment of driving skill in males and females. *Accident Analysis & Prevention*, 23 (1), Feb. 1991. 45-52.
- MILLER, G. P. Some Agency Problems in Settlement. *The Journal of Legal Studies*, Chicago, v. 16, n. 1, p. 189-215, Jan. 1987.
- MONCADA, L. C. D. *Elementos de História do Direito Romano*. Coimbra: Coimbra Editora, v. II - Parte Geral: teoria geral da relação jurídica, 1924.
- MONTENEGRO FILHO, M. *Curso de Direito Processual Civil: de acordo com o novo CPC*. 12ª ed. reform. e atual. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MOREIRA, H. D. R. F. *Poder judiciário no Brasil: crise de eficiência*. Curitiba: Juruá, 2004.
- MOUSOURAKIS, G. *Roman Law and the Origins of the Civil Law Tradition*. Auckland: Springer, 2015.
- NADER, L. (Ed.). *Law in Culture and Society*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1969.
- NADER, L.; TODD JR., H. F. (Eds.). *The Disputing Process - Law in ten societies*. New York: Columbia University Press, 1978.
- NALEBUF, B. Credible Pretrial Negotiation. *The RAND Journal of Economics*, v. 18, n. 2, p. 198-210, Summer 1987.
- NCJRS. *Task Force Report: The Courts*. Task Force on the Administration of Justice. Washington. 1967.

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

- NERY JR., N. Princípios do processo civil na Constituição Federal. 10ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- NOË, R.; VAN HOOFF, J. A. R. A. M.; HAMMERSTEIN, P. (Eds.). Economics in Nature: Social Dilemmas, Mate Choice and Biological Markets. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NORTH, D. C. Institutions, institutional change and economic performance. New York: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C.; THOMAS, R. P. The Rise of the Western World: a new economic history. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1973].
- NORTH, D. C.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R. Violence and Social Orders: A conceptual framework for interpreting recorded human history. New York: Cambridge University Press, 2009.
- OLIVEIRA-CASTRO, J. M.; FOXALL, G. R.; SCHREZENMAIER, T. C. Consumer Brand Choice: individual and group analyses of demand elasticity. Journal of Experimental Analysis of Behavior, v. 85 (2), p. 147-166, March 2006.
- OLSON, M. The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups. Cambridge: Harvard University Press, 1971 [1965].
- OSTROM, V.; OSTROM, E. Public Goods and Public Choices. In: MCGINNIS, M. D. Polycentricity and Local Public Economies: Readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis. [S.l.]: University of Michigan Press, v. 2, 1999 [1977]. p. 75-103.
- PARETO, V. Cours D'Économie Politique. Lausanne: Université de Lausanne, v. Tome Premier, 1896.
- PARETO, V. Cours D'Economie Politique. Lausanne: F. Rouge, v. Tome Second, 1897.
- PARETO, V. Manuale di Economia Politica con una introduzione alla scienza sociale. Milano: Società Editrice Libreria, v. Piccola Biblioteca Scientifica - 13, 1919.
- PARISI, F.; SMITH, V. L. (Eds.). The Law and Economics of Irrational Behavior. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- PARKER, C. Just Lawyers: Regulation and Access to Justice. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- PEREIRA JUNIOR, J. T. Da Reforma Administrativa Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- POLINSKY, A. M.; RUBINFELD, D. L. A Note on Settlements under the Contingent Fee Method of Compensating Lawyers. International Review of Law and Economics, v. 22, n. 2, p. 217-225, August 2002.
- PÓLYA, G. How to Solve It: a new aspect of mathematical method. 2nd. ed. Princeton: Princeton University Press, 2015 [1957].
- PONTE, M. D. Negócio Jurídico Processual e Flexibilização do Procedimento: as influências da autonomia privada no paradigma publicista do direito processual civil. Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP, 16, 2015. 305-334.
- PORTO, A. M.; GAROUPA, N. Curso de Análise Econômica do Direito. São Paulo: Atlas, 2020.
- POSNER, R. A. An Economic Approach to Legal Procedure and Judicial Administration. The Journal of Legal Studies, 2 (2), Junho 1973. 399-458.
- POSNER, R. A. Utilitarianism, Economics, and Legal Theory. Journal of Legal Studies, 8, 1979. 103-140.
- POSNER, R. A. The Economics of Justice. Cambridge: Harvard University, 1983[1981].
- POSNER, R. A. The Problems of Jurisprudence. Cambridge: Harvard University, 1990.
- POSNER, R. A. The Federal Courts: challenge and reform. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- POSNER, R. A. Economic Analysis of Law. 7th. ed. New York: Aspen Publishers, 2007. ISBN 978-0-7355-6354-4.
- PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1945].
- PRIEST, G. L. Private Litigants and the Court Congestion Problem. Boston University Law Review, 69, n. 3, 1989. 527-559.
- PRIEST, G.; KLEIN, B. The selection of disputes for litigation. The journal of legal studies, 13, n. 1, 1984. 1-55.
- QUEIROZ, L. V. O Direito No Brasil Colônia. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, n. 12, 2008. 1-16.
- RACHLIN, H. Behavioral economics without anomalies. Journal of the Experimental Analysis of Behavior, v. 64, n. 3, p. 397-404, November 1995.
- RAWLS, J. Some reasons for the maximin criterion. American Economic Review, 64 (2), May 1974. 141-146.
- RAWLS, J. Uma teoria da justiça. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Forense, 1997 [1971].

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

- RAZ, J. The Concept of a Legal System: an introduction to the Theory of Legal System. New York: Oxford University Press, 1997 [1980].
- REZENDE, C. L.; ZYLBERSZTAJN, D. Quebras Contratuais e Dispersão de Sentenças. Revista Direito GV, São Paulo, 7(1), Jan-Jun 2011. 155-176.
- RIGGSBY, A. M. Roman Law and the Legal World of the Romans. 1st. ed. New York: Cambridge University Press, 2010.
- RIZZO, M. The mirage of efficiency. Hofstra Law Review, 8, 1980. 641-58.
- ROBBINS, L. An Essay on the Nature and Significance of Economic Science. Tradução de Foreword by William J. Baumol. London: The Macmillan Press Limited, 1984.
- ROBINSON, J. The Economics of Imperfect Competition. London: Macmillan, 1933.
- ROSA, A. D. M. Franchising Judicial ou de como a Magistratura Perdeu a Dignidade por Seu Trabalho, Vivo? Anais do IX Simpósio de Direito Constitucional da ABDConst. Curitiba: ABDConst. 2011.
- ROTH, M.. Law collections from Mesopotamia and Asia Minor. 2ª. ed. Atlanta: Society of Biblical Studies, v. 6, 1997.
- RUBINFELD, D. L.; SCOTCHMER, S. Contingent Fees for Attorneys: An Economic Analysis. The RAND Journal of Economics, v. 24, n. 3, p. 343-356, Autumn 1993.
- SALGADO, G. Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SAMUELSON, P. A. The Pure Theory of Public Expenditure. The Review of Economics and Statistics, 36 (4), Nov. 1954. 387-389.
- SANCHIRICO, C. W. (Ed.). Procedural Law and Economics - Encyclopedia of Law and Economics. 2nd. ed. [S.l.]: Edward Elgar Pub, v. 8, 2012.
- SCHAUER, F. The Force of Law. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- SCHELLING, T. C. The Strategy of Conflict: with a new Preface by the Author. Cambridge: Harvard University Press, 1981 [1960].
- SCHLEBUSCH, C. M. et al. Genomic Variation in Seven Khoe-San Groups Reveals Adaptation and Complex African History. Science, v. 338 (6105), p. 374-379, 20 September 2012.
- SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO. Juizados Especiais Cíveis: estudo. Brasília: Ministério da Justiça, 2005.
- SENADO FEDERAL. Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.
- SENADO FEDERAL. Código de Processo Civil: anteprojeto. Congresso Nacional. Brasília, p. 381. 2010. (CDDir 341.46).
- SERVICE, E. R. Primitive Social Organization: An Evolutionary Perspective. New York: Random House, v. Random House Studies in Anthropology, AS3, 1962.
- SHAPIRO, M. Courts, a comparative and political analysis. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- SHAVELL, S. The Social versus the Private Incentive to Bring Suit in a Costly Legal System. Journal of Legal Studies, Chicago, v. 11 (2), p. 333-339, Jun. 1982.
- SHAVELL, S. The Appeals Process as a Means of Error Correction. The Journal of Legal Studies, 24(2), Jun. 1995. 379-426. <http://www.jstor.org/stable/724615>.
- SHEPHERD, G. B.; CLOUD, M. Time and Money: Discovery Leads to Hourly Billing. University of Illinois Law Review, Illinois, v. 1, p. 91-179, 1999.
- SHERIF, M.; TAUB, D.; HOVLAND, C. I. Assimilation and contrast effects of anchoring stimuli on judgments. Journal of Experimental Psychology, v. 55, n. 2, p. 150-155, 1958.
- SHOEMAKER, P. J.; TANKARD JR., J. W.; LASORSA, D. L. How to Build Social Science Theories. Thousand Oaks: Sage Publication, 2004.
- SILVA, O. A. B. D. Curso de Processo Civil. 3ª Rev. e Atual. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, v. I (Processos de Conhecimento), 1996.
- SIMON, H. A. A Behavioral Model of Rational Choice. Quarterly Journal of Economics, v. 69, n. 1, p. 99-118, February 1955.
- SIMON, H. A. Rational Decision Making in Business Organizations. The American Economic Review, v. 69, n. 4, p. 493-513, September 1979.
- SIMON, H. A. Invariants of Human Behavior. Annual Review of Psychology, v. 41, p. 1-20, February 1990.
- SIMON, H. A. Administrative Behavior: a study of decision-making process in administrative organization. 4th. ed. New York: Free Press, 1997 [1945].

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

- SMITH, A. A Riqueza das Nações. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. 2ª Ed. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 1, 2013 [1776].
- SOBRINHO, N. C. D. M. O Advogado e a Crise da Administração da Justiça. Rio de Janeiro: Ordem dos Advogados do Brasil, 1980. 150 p.
- SOUZA, B. J. O Pau-Brasil na História Nacional. 2ª. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- SOUZA, A. F. D. Silvestre Pinheiro Ferreira e o pensamento político luso-brasileiro do século XIX. Estudos Filosóficos, n. 3, 2009. 12–20.
- SPITZER, M.; TALLEY, E. Judicial Auditing. The Journal of Legal Studies, Chicago, 29 (2), June 2000. 649-683.
- SUNSTEIN, C. (Ed.). Behavioral Law and Economics. New York: USA, 2000.
- TARUFFO, M. Orality and writing as factors of efficiency in civil litigation. Valência: Universitat de València, 2008.
- TEIXEIRA JR., J. B. A gratuidade de acesso nos juizados especiais cíveis de Vitória/ES e sua influência sobre o acesso à justiça: uma análise econômica do Direito (dissertação). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.
- TELLES, J. H. C. Commentario Critico à Lei da Boa Razão em data de 18 de agosto de 1769. Lisboa: Typographia de Maria da Madre de Deus, 1865.
- THALER, R. Toward a Positive Theory of Choice. Journal of Economic Behavior and Organization, 1, 1980. 39-60.
- THALER, R. H. Quasi rational economics. New York: Russell Sage Foundation, 1991.
- THALER, R.; SUNSTEIN, C. Nudge: o Empurrão para a Escolha Certa. São Paulo: Campus-Elsevier, 2009.
- THEODORO JR., H. Curso de Direito Processual Civil. 59. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. I, 2018.
- THEODORO JR., H. Curso de Direito Processual Civil. 52ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. III, 2019.
- THOMASON, T. Are Attorneys Paid What They're worth? Contingent Fees and the Settlement Process. The Journal of Legal Studies, Chicago, v. 20, n. 1, p. 187-223, Jan. 1991.
- TOMÁS, A. V. Projeto Adoce: acordos após ingestão de dextrose/glicose observados em conciliações judiciais e extrajudiciais. Departamento de Direito, UFGO. Anápolis. 2019.
- TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Availability: A Heuristic for Judging Frequency and Probability. Cognitive Psychology, v. 5, p. 207-232, 1973.
- TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. Science, v. 185 (4157), n. New Series, p. 1.124-1.131, 27 Sept. 1974.
- UNITED NATIONS. United Nations and the Rule of Law. Disponível em: <<https://www.un.org/ruleoflaw/thematic-areas/access-to-justice-and-rule-of-law-institutions/access-to-justice/>>. Acesso em: 22nd June 2018.
- WEBER, M. Gesammelte Politische Schriften. München: Drei Masken Verlag, 1921.
- WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, v. 2, 1999 [1920]. 586 p. ISBN ISBN: 85-230-0390-8.
- WEHLING, A.; WEHLING, M. J. C. M. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- WILLIAMSON, O. E. Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications – A study in the Economics of Internal Organization. New York: Free Press, 1983 [1975].
- WILLIAMSON, O. E. The Economic Institutions of Capitalism – firms, markets, relational contracting. New York: Free Press, 1985.
- WILLIAMSON, O. E. The Mechanisms of Governance. USA: Oxford University Press, 1999.
- ZAMIR, E.; TEICHMAN, D. (Eds.). The Oxford Handbook of Behavioral Economics and the Law. New York: Oxford University Press, 2014.
- ZAMIR, E.; TEICHMAN, D. Behavioral Law and Economics. New York: Oxford University Press, 2018.